

Influência do programa minha casa minha vida na cidade de São José dos Pinhais

Influence of the program my home my life in the city of São José dos Pinhais

Recebimento dos originais: 13/09/2018

Aceitação para publicação: 30/10/2018

Kellen Cristine Faturi

Arquiteta e Urbanista pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Instituição: Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR)

Endereço: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº1472-Centro, São José dos Pinhais –PR, Brasil

E-mail: kellen_faturi@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o debate sobre a eficácia social dos empreendimentos habitacionais construídos por meio do Programa Minha Casa Minha Vida e como podem ter influência na exclusão social e na paisagem em núcleos urbanos de médio porte, como São José dos Pinhais. Quando se fala e exclusão social nas cidades refere-se às questões de acesso à lotes urbanos para moradia como um ponto de redistribuição sócio-espacial das cidades. O conhecimento da realidade no setor habitacional possibilitaria o desenho de ações públicas com o intuito de atuar mais diretamente com o setor habitacional de baixa renda de forma mais direta e dirigida. O produto final deste trabalho consiste em uma análise da situação atual quanto à espacialização da habitação de interesse social em São José dos Pinhais, com o intuito de orientar ações governamentais que bloqueiem essa exclusão sócio-espacial.

Palavras chave: Habitação social.Minha Casa Minha Vida. Exclusão Social. Mobilidade.

ABSTRACT

This research aims to contribute to the debate about the social effectiveness of housing developments built through the Program My house My life and how they can influence social exclusion and landscape in medium-sized urban centers, such as São José dos Pinhais. When talking about social exclusion in cities refers to the issues of access to urban lots for housing as a point of social-spatial redistribution of cities. The knowledge of the reality in the housing sector would allow the design of public actions with the intention of acting more directly with the low income housing sector in a more direct and directed way. The final product of this work consists of an analysis of the current situation regarding the spatialization of housing of social interest in São José dos Pinhais, with the purpose of guiding governmental actions that block this socio-spatial exclusion.

Keywords: Social habitation. My home, my life. Social exclusion. Mobility.

1 INTRODUÇÃO

A urbanização contemporânea ocorre de diversas formas e o espaço vai se adaptando e sendo apropriado pelos mais diferentes grupos de acordo com a necessidade momentânea, o que gera um processo contínuo de transformação do espaço urbano. A mobilidade urbana das cidades brasileiras tem tido repercussão crescente, ainda que sempre tenha sido um problema para as camadas mais baixas da população. O tema é geralmente discutido como uma questão mais técnica e de administração, e não como o resultado de um processo social e territorial que abrange fatores como uso e ocupação do solo, densidades populacionais, distribuição socio-espacial, localização de investimentos públicos e privados, além de conflitos de interesses e decisões políticas.

É importante entender porque o papel da habitação e da aquisição de terra é tão significativa no processo de urbanização e na forma de entendimento quando se fala em organização do território. A dificuldade da aquisição da terra urbanizada, articulada a outros fatores, como a auto-segregação da população de alta renda, e a locação espacial diferenciada dos investimentos em infraestrutura, caracteriza o espaço urbano e a segregação socio-espacial vivenciada pelas cidades brasileiras a partir da segunda metade do século XX (PEGORETTI; SANCHES, 2004). A questão da terra está no centro dos conflitos sociais que alimenta a desigualdade social (MARICATO, 2008).

Esta pesquisa tem como objetivo contribuir para o debate sobre a eficácia social dos empreendimentos habitacionais construídos por meio do Programa Minha Casa Minha Vida e como podem ter influência na exclusão social e na paisagem em núcleos urbanos de médio porte, como São José dos Pinhais.

Quando se fala em exclusão social nas cidades refere-se às questões de acesso à lotes urbanos para moradia como um ponto de redistribuição socio-espacial das cidades. O conhecimento da realidade no setor habitacional possibilitaria o desenho de ações públicas com o intuito de atuar mais diretamente com o setor habitacional de baixa renda de forma mais direta e dirigida. O produto final deste trabalho consiste em uma análise da situação atual quanto à espacialização da habitação de interesse social em São José dos Pinhais, com o intuito de orientar ações governamentais que bloqueiem essa exclusão socio-espacial.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica de sustentação do presente trabalho busca entender a relação entre o espaço urbano, mobilidade urbana, a exclusão social e os empreendimentos imobiliários sociais do Programa Minha Casa Minha Vida.

Assim, a pesquisa procura destacar os principais conceitos que compõe o tema de estudo.

2.1 ESPAÇO URBANO

Para SANTOS (1994:69) há uma distinção clara entre urbano e cidade. Ele esclarece esta distinção afirmando que "o urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno". Para Hertzberger (1999), o espaço urbano é formado por ambientes abertos e fechados, podendo ser classificados em públicos, semipúblicos, semiprivados ou privados. Nos públicos, o acesso é livre e a manutenção se faz de forma coletiva; já nos semipúblicos, semiprivados e privados, o acesso é limitado e a manutenção é de responsabilidade de pequenos grupos ou até de um só indivíduo (MAGALHÃES,2002).

Desta forma, os lugares enquanto áreas definidas da cidade, podem ser analisados desde o ponto de vista material, onde se assinalam as atitudes das gerações e onde o processo de apropriação se realiza no e através da utilização dos espaços, que surgem como uma condição necessária à vida. Não somente como dimensão material, o "[...]lugar significa muito mais do que a sua localização, pois encerra significados culturais que sintetizam e representam o meio que o envolve, bem como a situação existencial em geral" (MAGALHÃES, 1994, p.100).

Para Magalhães (2002), a cidade é o lugar onde se desenvolvem as trocas e interações sociais que se estabeleceram no espaço urbano, o qual é caracterizado como um instrumento para o reconhecimento histórico do coletivo, ou seja, "Espaço urbano: público, aberto, acessível, local de encontro e de interação, polifuncional, democratizador das relações sociais, instrumento poderoso para o reconhecimento histórico do coletivo" (MAGALHÃES, 2002, p.39).

O domínio dos espaços privados pelo núcleo familiar e pela vida social colabora na constituição de territórios definidos para cada grupo da sociedade, redefinindo a relação entre espaços privados e públicos na cidade e ocasionando a segregação que também se expressa a partir do afastamento entre os locais de moradia em relação aos de trabalhos (ROLNIK, 2004).

A cena clássica cotidiana das grandes massas se deslocando nos transportes coletivos superlotados ou no trânsito engarrafado são a expressão mais acabada desta separação – diariamente temos que percorrer grandes distâncias para ir trabalhar ou estudar. Com isto, bairros inteiros das cidades ficam completamente desertos de dia, os bairros- dormitórios, assim como algumas regiões comerciais e bancárias parecem cenários ou cidades-fantasmas para quem a percorre à noite (ROLNIK, 2004, p.42).

O espaço urbano ocupa-se de transformações do território, da maneira que surgem, promovendo suas técnicas e seus resultados, induzindo novas transformações (SECCHI, 2006).

Assim, algumas dessas transformações podem surgir a partir de diferentes formas de interferências sobre o espaço urbano, como as apresentadas a seguir.

2.1.1 Mobilidade urbana

A mobilidade urbana é um atributo associado à cidade, que corresponde à capacidade de deslocamento de indivíduos para suprir suas necessidades para a realização das atividades cotidianas, tais como: trabalho, educação, saúde, lazer e cultura. Trata-se de um produto dos processos históricos que refletem características em diversos âmbitos de uma sociedade.

Os principais fatores do crescimento e desenvolvimento de uma cidade são a mobilidade e os assentamentos habitacionais, pois as formas de distribuição das funções urbanas em um território estão interligadas com o deslocamento da população dentro da cidade (DUARTE; LIBARDI; SÁNCHEZ, 2008).

O usufruto da cidade depende do ir-e-vir, ou seja, de ações cotidianas: ir à escola ou ao trabalho; frequentar atividades especiais, como usar um posto de saúde ou consultar um médico; fazer o uso de equipamentos de lazer ou outras atividades sociais (DUARTE, 2007, p.140).

As quadras longas separam as pessoas por diferentes trajetos, que, por mais que sejam geograficamente próximos um dos outros, dificilmente serão cruzados por essas pessoas, pois as quadras longas constituem bloqueios. Desta forma, as quadras curtas e ruas frequentes propiciam usos urbanos complexos e combinados entre os moradores e usuários de um bairro, ajudando a gerar diversidade de usos (JACOBS, 2003).

2.1.2 Exclusão social

Uma definição de exclusão pode ser referida a Weber ao afirmar que exclusão seria uma forma de enclausuramento/fechamento de um dado grupo para assegurar a si próprio um privilégio ou posição, em detrimento (às custas) de alguns outros grupos através de um processo de subordinação (Parkin, 1979; Burchadt, Le Grand and Piachaud, 2002). Por exemplo, podemos citar os casos de proliferação de condomínios fechados e os altos níveis de provisão de serviços públicos, exclusivo para tais moradores. Uma outra definição que podemos adotar seria a exclusão administrativa do estado, como por exemplo, no sistema da previdência social (contribuintes x não-contribuintes), educação, saúde, transporte, etc. Nos campos da saúde e da educação podemos observar avanços significados, porém ainda longe de alcançar uma inclusão social por parte do estado.

A habitação é um importante fator no processo de construção e expansão das cidades. Entre as várias formas de construção de habitação destacam-se as promovidas pelos agentes imobiliários e as realizadas através da ação de políticas habitacionais, que resultam na construção de vários empreendimentos habitacionais distribuídos nas cidades. Levando em consideração a localização dos conjuntos habitacionais, o Estado, é o responsável pela implantação de serviços públicos, no entanto na maioria dos casos da população segregada esse agente se mostra de maneira ineficiente no que diz respeito a distribuição dos serviços coletivos, gerando assim uma cidade desigual. Burguière et al. (2016), comenta que as construtoras por terem o acesso rápido a recursos, na maioria das vezes acabam conseguindo lotes de terras mesmo que alguns casos periféricos, mas que são urbanizadas e equipadas de serviços e infraestruturas, podendo direcionar para a população de renda mais alta, no caso da faixa 2 e 3, enquanto para as famílias da faixa 1 que são as mais carentes, restam as piores localizações e com ausência de serviços urbanos.

De acordo com Lefebvre (2001), não se pode ser concebido o direito à cidade apenas como uma forma de visita as áreas urbanas da cidade, e sim como um direito dos mesmos benefícios de infraestrutura para a população de forma igualitária, usufruindo do direito à vida urbana. Diante disso, e nas pesquisas realizadas na maioria das cidades brasileiras, não é bem o que acontece no caso das famílias mais carentes localizadas em áreas distantes e periféricas, onde tem que conviver com a desigualdade em relação a oferta de serviços coletivos próximos a sua moradia. Com essa distribuição desigual de serviços coletivos na cidade, privilegia os proprietários imobiliários, mesmo que de maneira indireta, onde esses proprietários aumentam o preço dos imóveis por conta dos investimentos ofertados pelo Estado, enquanto a população afastada dessas áreas sofre com a falta de serviços. (MARICATO, 1987).

2.1.3 O programa minha casa minha vida (PMCMV)

A política habitacional no Brasil se consolidou com a criação do Banco Nacional de Habitação, conhecido como BNH, e do Sistema Federal de Habitação (SERFHAU), ambos em 1964. A criação desses órgãos foi a resposta do governo brasileiro em relação ao problema da moradia que desencadeou devido ao movimento migratório rural-urbano a partir dos anos 1960 (GOMES SILVA E SILVA, 2003).

Esses órgãos tinham como objetivo:

(...) coordenar a política habitacional dos órgãos públicos, orientar iniciativa privada, estimulando a construção de moradias populares; financiar a aquisição da casa própria, propiciando a melhoria do padrão habitacional do ambiente; eliminar as favelas; aumentar o investimento da indústria de construção civil e estimular a poupança privada e o investimento. (GOMES; SILVA; SILVA, 2003, p.4)

O BNH atuou também no desenvolvimento urbano, financiando obras de infraestrutura urbana, sistema viário e pavimentação, energia elétrica, transportes e comunicação, além de incentivar a cultura e a educação, e promover a melhoria dos serviços públicos (GOMES; SILVA; SILVA, 2003).

Entre os anos de 1990 e 2003 o Governo Federal lançou diversos programas específicos voltados para a habitação, como o Habitar-Brasil e o Morar-Município entre os anos de 1990 e 1992, Pró-Moradia, uma nova fase do Habitar-Brasil entre 1995 e 1998, a Carta de Crédito entre 1995 e 2003, e o Programa de Arrendamento Residencial – PAR – a partir de 1999 (SANTOS, 1999).

Foi em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, e em 2003, com a criação do Ministério das Cidades, que a questão da habitação tomou forma novamente, e pôde contar com efetivas discussões a respeito do tema. Em 2002 o Projeto Moradia teve como principais medidas: a criação do Sistema Nacional de Habitação, a instituição do Fundo Nacional de Habitação e então a criação do Ministério das Cidades, em 2003 (CARDOSO; ARAGÃO, 2013).

Em 2005 foi aprovado o projeto de Lei que cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS, tal lei também estabeleceu elementos para a criação do Sistema Nacional de Habitação. Para aderir ao sistema, os estados e municípios tinham, além de outros requisitos, a elaboração do Plano Local de Habitação de Interesse Social.

Em 2009, o governo anuncia o Programa Minha Casa Minha Vida com o objetivo de ampliar o mercado habitacional para atendimento das famílias com renda de até 10 salários mínimos (CARDOSO; ARAGÃO, 2013). Esse programa foi lançado como uma medida provisória, e depois transformado na Lei Federal nº11.977, em 7 de julho de 2009. Em 2011, através da Lei Federal nº12.424, foi criada a segunda fase do programa, que tinha como meta a construção de um milhão de moradias para famílias com renda inferior a dez salários mínimos mensais, de dezembro de 2010 até dezembro de 2014.

O Programa Minha Casa Minha Vida dispõe de quatro modalidades de financiamento (Lei Federal nº11.977/2009):

- a) Programa Minha Casa Minha Vida – Parcerias: para atendimento à população com renda de até R\$ 5.000,00 nas áreas urbanas, financiamento com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;
- b) Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR: é uma modalidade destinada a famílias com renda de até R\$ 1.600,00, que utiliza recursos do Fundo de Arrendamento Residencial;
- c) Programa Minha Casa Minha Vida – Entidades: é destinado à habitação para população com renda de até R\$ 1.600,00, utilizando recursos do FDS

- d) – Fundo de Desenvolvimento Social. Essa modalidade deve ter uma Entidade Organizadora que indicará as famílias beneficiadas;
- e) Programa Minha Casa Minha Vida – Oferta de Recursos Públicos: linha especial para municípios com até 50.000 habitantes, voltada ao atendimento de beneficiários com renda bruta familiar de até R\$ 1.600,00.

A Lei Federal 12.242/2011, que altera a Lei Federal 11.977/2009, no artigo 3º, parágrafo 6, define os valores adotados como parâmetros de renda familiar, separando por faixas:

- a) Faixa I – renda familiar de até três salários mínimos;
- b) Faixa II – renda familiar de três a seis salários mínimos;
- c) Faixa III – renda familiar de seis a dez salários mínimos.

Na primeira fase do programa a meta era construir 400 mil unidades habitacionais para famílias com renda compatível à Faixa I do programa. Assim como para a Faixa II, que também objetivava construir 400 mil Unidades Habitacionais – U.H., e para a Faixa III a meta era 200 mil U.H. Já na segunda fase, as metas foram de 1,2 milhão para a Faixa I, 600 mil para a Faixa II e 200 mil para a Faixa III. (ROLNIK, 2015).

O PMCMV pode ser descrito genericamente como um programa de crédito para o consumidor e para o produtor. O construtor solicita crédito à Caixa Econômica Federal para construção de empreendimentos com valores previamente definidos dentro de limites que seguem características da cidade e da região. E para o comprador existem diferentes níveis de crédito e subsídios conforme a faixa de renda, como a Faixa I que tem subsídio integral e um pagamento simbólico mensal de 50,00 reais.

O Programa foi lançado em meio a uma crise financeira internacional e um dos seus objetivos foi elevar os níveis de investimento no setor da construção civil (KRAUSE; BALBIM; NETO, 2013). Nascimento Neto, Moreira e Schussel(2012, p.

94) alimentam a hipótese de baixa preocupação social, pois o Programa Minha Casa Minha Vida “demonstra preocupações mais compatíveis a um programa de dinamização econômica do que propriamente a um programa habitacional voltado à superação do déficit habitacional brasileiro”.

Raquel Rolnik (2015) também cita o fato do Programa Minha Casa Minha Vida ter sido concebido com o objetivo de aquecer a economia através do estímulo do setor da construção civil, pois é um setor que gera uma demanda expressiva por mão de obra de baixa qualificação. Os interesses em fazer a estratégia do programa funcionar acabaram deixando a desejar no aspecto da qualidade urbanística do entorno dos empreendimentos.

2.1.4 São José Dos Pinhais

São José dos Pinhais é um município brasileiro do estado do Paraná, situado na Grande Curitiba. É uma cidade média, a segunda mais populosa da mesorregião e a população em 2017 o número é superior a 300 mil habitantes.

O município de São José dos Pinhais tem um dos maiores índices de crescimento econômico do Paraná. E isso não ocorre por acaso. Entre as razões, estão a localização estratégica, a infraestrutura e a mão de obra qualificada, que despertam o interesse e dão segurança para que os empresários se instalem na cidade. Além disso, os empreendedores encontram na administração pública uma aliada dos seus negócios, oferecendo uma série de benefícios para a vinda de novos investidores e permanecer os que aqui estão. O fortalecimento da economia municipal gera qualidade de vida à população de São José dos Pinhais, que hoje pode contar, por exemplo, com um comércio diversificado e capaz de suprir as necessidades dos são-joseenses.

A cidade é dividida em 39 bairros, sendo que os mais desenvolvidos estão localizados perto do centro, sendo eles: Aeroporto, Academia, Afonso Pena, Águas Belas, Aristocrata, Arujá, Aviação, Barro Preto, Bom Jesus, Boneca do Iguazu, Borda do Campo, Campina do Taquaral, Campo Largo da Roseira.

3 METODOLOGIA

A interferência da implantação de empreendimentos financiados pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV na periferia das cidades, gerando descon continuidades da malha urbana, tem, dentre outros efeitos, influências sobre a exclusão social. A presente pesquisa, que tem o município de São José dos Pinhais/PR como estudo de caso, trata de uma pesquisa básica do impacto baseada em técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, por meio de mapeamento e levantamento estatístico. Com objetivo em aumentar o conhecimento sobre o assunto não apenas para a comunidade científica, mas para a comunidade em geral.

Tal investigação ocorreu para discutir a implantação do principal programa da recente política nacional voltada para a habitação social no município de São José dos Pinhais a partir do ano de 2010, ano este em que foi contratado o primeiro financiamento através do Programa Minha Casa Minha Vida, tendo a localidade dos empreendimentos uma variável para a exclusão urbana.

4 RESULTADOS

Como podemos ver as áreas-alvo do programa correspondem às áreas periféricas do município, que já vinham sendo utilizadas em outros momentos para a construção de casas populares através de programas governamentais. As áreas circunvizinhas a esses espaços dispõem

de infraestrutura básica. São Jose dos Campos como reflexo de outras cidades médias e grandes apresenta um caso muito representativo de exclusão e segregação sócio espacial. Exemplos como o de São José dos Pinhais não são eventos isolados. Eles acontecem em muitos municípios brasileiros. Os desdobramentos desses casos são em sua maioria a favor das elites, enquanto que os mais necessitados são ora transferidos para outras regiões da cidade, com pouca infra estrutura, passam a ser considerados 'apagados' pela gestão municipal. O Estatuto da Cidade Lei 10257/2001 deixa claro que a propriedade urbana deve cumprir uma função social, apesar disso raramente o poder público faz o uso dos instrumentos legais dispostos, e quando o faz acautela-se de favorecer interesses da classe dominante. A cidade está cada vez mais densa ao mesmo tempo mais dividida e segregada. Muitas vezes, são as próprias construtoras que decidem a localização do empreendimento. Orientadas pela lógica financeira, elas constroem em terras baratas situadas em locais periféricos e até em antigas áreas rurais, acessíveis por via única -- às vezes, inclusive, somente por rodovia --, criando "frentes pioneiras" de urbanização. Em muitos desses casos, as moradias ficam distantes de equipamentos que oferecem serviços essenciais como educação e saúde, de sistemas de transporte e de locais de empregos. Ou seja, a produção habitacional nem sempre é feita de forma integrada à cidade. Isso resulta em uma série de dificuldades para os moradores, que passam a ter de gastar mais tempo e dinheiro nos deslocamentos, e para o poder público, que precisa estender a estrutura de seus serviços. Nos casos em que as prefeituras participam da escolha do terreno, os problemas citados acima tendem a ser minimizados.

5 CONCLUSÃO

Percebemos com esse trabalho que o PMCMV exerce sim um poder sobre a Configuração Territorial de São José dos Pinhais, expressa nas formas de ocupação do seu espaço, na segmentação dos bairros e conseqüente exclusão social, na instalação de infraestruturas, na estética das residências do próprio programa, já que quem paga mais caro tem acesso as melhores localizações, aos melhores materiais, as mais belas engenharias e aos melhores serviços. Fica evidente a contradição de uma política habitacional que como qualquer política aliada ao capital financeiro especulativo, reproduz as mais diversas formas de desigualdades.

Pode-se questionar, portanto, o caráter social de um programa inserido nas políticas habitacionais que tem entre seus principais objetivos fornecer casas àquelas pessoas que não conseguem financiá-las de uma só vez e por conta própria, se para isso exige-se certa renda mínima, que por si já indica que quem não dispõe dessa renda não pode estar inserido no programa. É certo que as políticas habitacionais variam de acordo com o seu perfil e o público alvo a qual se destinam (umas condicionam a aquisição de casas populares sem que a família tenha que pagar pela

habitação, outras financiam e até mesmo fornecem subsídios para a reforma habitacional). Enquanto isso, o território de São José dos Pinhais vem sendo redesenhado por esse programa, que influencia diretamente em sua configuração. Novas áreas já estão sendo alvo da especulação imobiliária, que reinicia o processo descrito anteriormente. E dessa alteração do espaço, expressa nas suas formas de uso, na remoção da “natureza”, construção de habitações, prédios públicos, praças, e adequação da infraestrutura a essas áreas, Riacho da Cruz vai se reconfigurando territorialmente.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D’Assunção. As Ciências Sociais e os modelos de cidade. **Arquitetura Revista**. São Leopoldo, v.7, n.1, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/arquitetura/article/view/1274>> Acesso em: 11 dez. 2015.

BONDUKI, Nabil. Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida. **Teoria e Debate**. Maio/junho 2009. Disponível em: <<http://www.fpabramo.org.br/uploads/TD82-Nacional.pdf>> Acesso em: 28 jul. 2014.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos FAR. Disponível em: <http://www1.caixa.gov.br/gov/gov_social/municipal/programas_habitacao/pmcmv/> Acesso em: 25 nov. 2014.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Cidades e políticas de habitação. In: BAENINGER, Rosana. (Org.). **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Brasília: UNFPA, 2010. p.137-151.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e concepção sobre território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHÄFFER, Wigold Bertoldo; ROSA, Marcos Reis; AQUINO, Luís Carlos Servulo; MEDEIROS, João de Deus. **Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação e Áreas de Risco: o que uma coisa tem a ver com a outra? Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro**. Brasília: MMA, 2011. Disponível em:

<http://www.mma.gov.br/estruturas/202/_publicacao/202_publicacao01082011112029.pdf>

Acesso em: 02 jul. 2015.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.